



Ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Reflexões e recomendações para combater a violência no campo, defender e promover o modo de vida no Campo, nas Águas e nas Florestas.

O presente documento tem como finalidade apresentar de modo sistematizado, ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, uma amostragem dos dados dos conflitos agrários e territoriais, ainda não resolvidos em todo território brasileiro. Expressamos nossas reflexões, preocupações e propomos recomendações a partir do olhar de nossa experiência no acompanhamento e presença juntos aos povos, comunidades e camponeses; numa busca permanente para superação e/ou mitigação desses conflitos na terra e território e na concretude de seus direitos garantidos.

1. Análise da violência no campo - série histórica dos últimos 10 anos.

Em 2025, a CPT completará 50 anos de atuação ao lado das comunidades do campo. Ao longo dessas 5 décadas acompanhou a dinâmica dos conflitos agrários, suas alterações e o surgimento de novos atores e instrumentos de dominação dos territórios, de modo emblemático contra indígenas, quilombolas, posseiros e sem terras.

A série histórica de sistematização dos conflitos, registrada no relatório anual “Caderno de Conflitos no Brasil” desde 1985, revela aumento expressivo dos conflitos nos últimos 10 anos. O assassinato é o ato extremo revelado nos conflitos. As violências continuam em níveis elevados, com graves riscos de evoluir para assassinatos. Os casos de intimidação e ameaças contra as pessoas são anúncios dessas mortes.

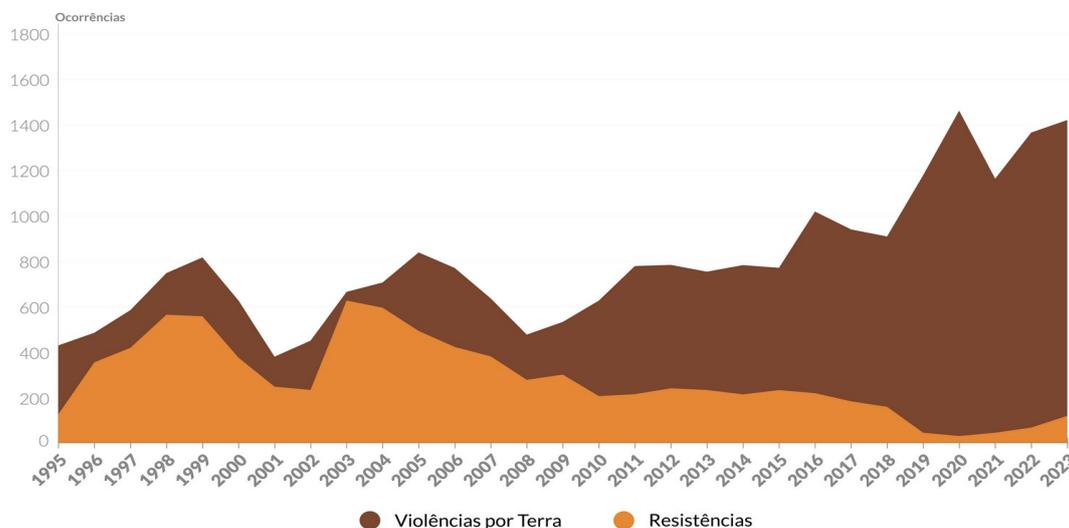


Ocorrências de Conflitos no Campo - 2014-2023



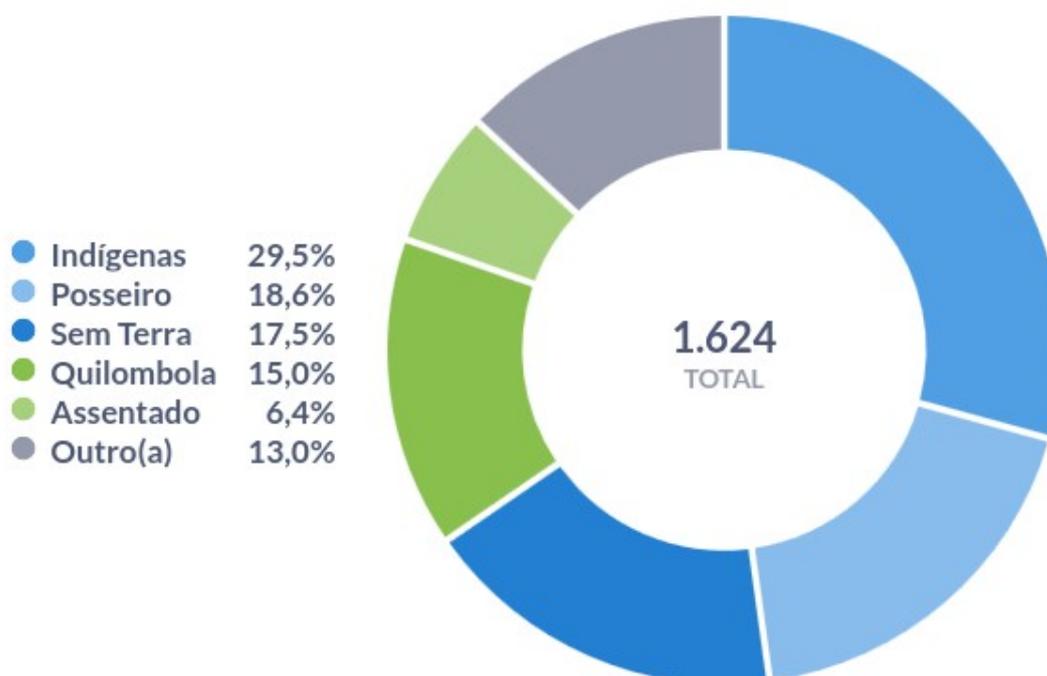
Esta última década caracteriza-se pela implementação de uma contrarreforma agrária e pelo aumento da hegemonia do agronegócio, da mineração e projetos energéticos como forças produtivas dominantes no cenário do campo brasileiro. Essa violência se intensifica nas regiões de instalação de grandes projetos, com apoio político e econômico do Estado, tais como AMACRO e MATOPIBA. Esse processo aprofundou-se com a ruptura política de 2016 (golpe contra a presidenta Dilma), que por sua vez intensificou a violência, ocasionada pelo poder público e privado, e se mantém no atual governo.

Conflitos por Terra (1995-2023)





A série histórica monitorada pela CPT revela a evolução das ocorrências de violências no campo, independente da resistência das comunidades ou de ocupações de propriedades realizadas por sem terras. Ou seja, mesmo quando não houve aumento significativo de ocupações e instalação de assentamentos, a violência contra os povos e comunidades continuaram crescendo assustadoramente. Os últimos cadernos de conflitos no campo chamam atenção para os principais sujeitos que sofreram a violência: povos originários, povos quilombolas, posseiros e sem terras. Isso configura que a violência é de natureza do modelo econômico e não está relacionada à resistência dos povos. Soma-se a isso, a conivência e negligência dos órgãos do Estado brasileiro (executivo, legislativo e judiciário).



Nesse sentido, a escalada de violência no campo está intrinsecamente ligada ao neoxtratativismo, impulsionado pelo agronegócio e a mineração. A **grilagem de terras públicas** teve um crescimento relevante e se tornou uma prática institucionalizada, com apoio e liberação de licenças por órgãos



estaduais e municipais, além de cadastros em cartórios. Essa tendência se intensificou durante o governo Bolsonaro e persiste no atualmente. A grilagem ocupou a terceira maior causa de ocorrências de conflitos nos últimos 10 anos. Outro fato alarmante é a transferência de terras da União para os estados por meio da Lei Federal 14.004/2020, aos estados de Amapá e Roraima, desconsiderando o critério de prioridade conforme a Constituição Federal. Tal Lei está sendo questionada por meio de uma Ação de Inconstitucionalidade nº 7052.

Outras manifestações da violência são reveladas nos números recordes do trabalho escravo registrados nessa série histórica e no uso de agrotóxicos (compreendidas pelas comunidades como arma química), por meio de pulverizações aéreas, contaminam rios, açudes, plantações e afetam diretamente as pessoas nas comunidades. As crises climáticas aceleradas pelo desmatamento e o “fogo criminoso” em regiões como Amazônia, Pantanal e Cerrado, também afetam diretamente as comunidades que precisam da água para o consumo, o plantio, a pesca e a locomoção.

A violência no campo não se limita às ocorrências com agressões contra as pessoas e às posses, como roçados, cercas e animais. As lideranças das comunidades são ameaçadas, frequentemente, têm suas vidas colocadas em risco. O impacto dessa violência se estende a todos, sobretudo às pessoas idosas, às crianças, e às mulheres. A violência psicológica, marcada pelo medo e insegurança, provoca o adoecimento mental, ansiedade e depressão entre outros transtornos. Além disso, a violência impõe obstáculos à educação das crianças e jovens, pois muitas delas têm dificuldades de chegar até à escola, por medo, por sítio, por prática de jagunços ou da própria polícia e ausência de transporte escolar.

2. A política do governo baseada na reforma agrária de mercado

Reconhecemos os esforços do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Agrários e o trabalho da Comissão Nacional de Enfrentamento à Violência no Campo para solucionar alguns conflitos emergentes. No entanto, acreditamos firmemente que apenas uma ação estratégica e determinada do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o INCRA será capaz de resolver definitivamente os conflitos agrários, garantindo a defesa dos povos originários, quilombolas, Comunidades tradicionais, posseiros e sem terras, que são os principais alvos dessa violência.



Considerando a conjuntura de crescente violência no campo e a morosidade do estado em implementar a Reforma Agrária popular e promover os modos de vida e produção, leva-nos a crer que os interesses do mercado sobrepõem aos modos de vida dos povos do campo, das águas e das florestas. Os territórios são espaços de reprodução da vida e de relações ancestrais, que são direitos assegurados na Constituição Federal. Por isso, a política agrária do Governo Lula não pode ser pautada pela lógica do mercado. É inaceitável que o governo priorize a “compra de terras” tanto para reforma agrária quanto para impedir conflitos com os povos originários. Essa proposta negligencia a urgência e a complexidade dos conflitos agrários, permitindo que perpetue a injustiça e a violência contra as comunidades; além do enriquecimento de grileiros com os bens públicos.

Os programas institucionais de regularização fundiária (desde 2009), e inclusive os mais recentes programas - prateleira de terras e terra da gente - de 2024, revelam-se insuficientes, primeiro para conter os conflitos, e segundo para democratizar o acesso às terras, e reconhecer e validar o direito aos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Não tem havido, por parte do Executivo, uma postura suficientemente efetiva para conter as pretensões do agronegócio e suas estratégias. Além do mais, as especificidades regionais, sobretudo da Amazônia, requerem tratamento diferenciado, em razão de sua história ocupacional, a vida dos povos e comunidades tradicionais, e mesmo aquelas e aqueles que, para lá migraram atrás de um pedaço de chão, com um mínimo de dignidade.

Os dados da violência no campo e dos conflitos por terra, infelizmente revelam não só, um escandaloso retrocesso legislativo revogando direitos, mas também a inoperância do poder executivo, engessado em corporativismos políticos, em ouvir os povos e comunidades e em dar um mínimo possível de concretização do que prevê a própria Constituição Federal. Infelizmente, como já mencionamos, isso tem sido fartamente revelado nas transferências de terras públicas para os estados, nas concessões de florestas públicas e no abandono de políticas realmente efetivas de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Supor que a governabilidade deva ser construída revogando direitos, é o mesmo que naturalizar a violência e a desigualdade no campo daqueles que secularmente já sofrem as consequências deste modelo.

Por consequência da política agrária e agrícola do governo tem gerado nos povos e comunidades um profundo sentimento de frustração e preocupação, colaborando para uma baixa popularidade do governo Lula.



Segue anexo alguns casos emblemáticos e recomendações, para os quais gostaríamos de estabelecer um canal de relação para acompanhamento junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Brasília-DF, 12 de março de 2025.